

O MARANHÃO NA REDEMOCRATIZAÇÃO: uma análise histórica a partir das categorias de Gramsci

ANA RAQUEL ALVES DE ARAÚJO*

Introdução

Este artigo pretende analisar a sociedade civil maranhense a partir dos aportes teóricos de Antonio Gramsci no período de 1976 a 1988. Partindo do ano que a historiografia maranhense compreende como início das mobilizações da sociedade pela redemocratização do país, indo até a promulgação da Constituição Federal, concretizando o Estado de Direito brasileiro.

O interesse desta pesquisa é discutir a atuação de setores da sociedade civil maranhense que produziram e/ou divulgaram ideologias contra-hegemônicas, ou seja, contra as classes dominantes, por meio da concepção do Estado Ampliado gramsciana. Este é concebido por duas esferas principais:

a sociedade política (...), que é formada pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias (grifos do autor) (COUTINHO, 1988:76).

O foco deste estudo é a esfera da sociedade civil, mas de maneira alguma ela será analisada isoladamente. O seu entendimento, assim como o da sociedade política, exige que se destrinche as suas relações.

A função da sociedade civil é “conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental” (COUTINHO, 1988:77). A promoção ou a manutenção de uma base econômica se faz a partir da busca dessa classe em exercer sua hegemonia, ou seja, ganhar aliados para as suas posições mediante a direção política e o consenso.

A busca pela hegemonia junto à sociedade civil se configura como busca pelo consenso, que será disputado na esfera ideológica. Por isso a materialidade dessa esfera do Estado ampliado é o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, meios de comunicação de massa).

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da UEMA e Bolsista pela FAPEMA.

Gramsci denomina os aportes materiais da sociedade civil de aparelhos privados de hegemonia, “organismos sociais coletivos *voluntários e relativamente autônomos* em face da sociedade política” (grifos meus) (COUTINHO, 1988:77), ou seja, a dominação pressupõe a conquista do consenso.

A sociedade civil se configura como local de disputa ideológica entre as classes. A classe dominante tenta manter e também ampliar seu domínio via consenso, generalizando os seus interesses como interesse de todas as classes. Assim sendo, há uma contraideologia que está em cena ameaçando a hegemonia da classe dominante.

Dessa forma, o objetivo é catalogar os grupos sociais na sociedade civil do Maranhão ligados à produção contraideológica, ou seja, com a intenção de abalar a hegemonia das classes dominantes, destoando do discurso das mídias, em sua maioria ligadas a essas classes.

Esse catálogo se realizou apenas pela pesquisa bibliográfica junto a obras que destacaram esses movimentos e organizações. É importante ressaltar que essas obras não foram elaboradas por historiadores, mas principalmente por estudiosos da área das Ciências Sociais. Isso é sintomático da carência de estudos históricos sobre a história recente do Maranhão, em especial, sobre o período ditatorial e a transição para a democracia. Uma historiografia desinteressada nessas temáticas dá a impressão de uma apatia, de um marasmo social, quando o exame aprofundado e a pesquisa histórica, mesmo que ainda na fase bibliográfica, apontam para outra realidade social.

Início pela hipótese que os grupos não hegemônicos da sociedade civil maranhense também atuaram no período da transição, ou seja, também apresentaram uma dinamicidade em torno da socialização da política, a qual não se restringe aos elementos eleitorais.

A socialização da política abrange o debate tanto em torno da democracia como da cidadania, e por isso se amplia para questões econômicas, sociais e culturais, tratadas de forma abrangente. Para essas discussões as elaborações de Carvalho (2008) e Boron (2004) permitiram elucidar uma compreensão holística a respeito da atuação da sociedade civil maranhense durante a redemocratização. Desde já, a proposta é oposta à redução desse período em algo limitado à luta por liberdade político-formal, que cairia num teor liberal, mas pelo contrário, com um pensamento de totalidade e ampliação do conceito liberal de democracia, levado ao extremo.

A exposição dos resultados da pesquisa será feita dividindo os movimentos e entidades sociais em referência a sua principal bandeira de luta: a) redemocratização em

sentido estrito; b) movimentos populares, mesmo os ligados a Igreja Católica; e c) movimentos de caráter de gênero.

Até este momento da pesquisa, as entidades e os movimentos ligados às questões étnico-raciais e ao campo, com exceção da Comissão Pastoral da Terra, não foram catalogadas, dessa forma, eles se encontram ausentes deste trabalho.

O Maranhão da Transição Democrática

Pela historiografia, o que se pode discutir sobre a Transição Democrática inclui a obra *História do Maranhão* (2001), de Mário Meireles, renomado historiador maranhense, em que aborda a transição a partir de uma perspectiva narrativa das administrações do governo estadual e dos eventos da alta política do estado, como uma espécie de crônica sobre os bastidores políticos. Narra, por exemplo, o episódio da escolha dos seis deputados que representaram a Assembleia Legislativa maranhense no Colégio Eleitoral para votar para presidente na eleição indireta em 1985. Porém, em tom de tabloide, não cita quem foram os deputados deixando o leitor sem a informação.

No capítulo dedicado à Transição, o povo em manifestação só foi citado uma vez, quando, na votação para a escolha dos seis deputados, em 1984, depredou o veículo que levava 17 deputados cooptados, segundo o historiador, pela chapa de Paulo Maluf para a Assembleia Legislativa para realizar a eleição (MEIRELES, 2001:369).

Outro historiador, José Caldeira, em artigo publicado em 1978, defende que a sociedade maranhense passou por um período de estabilidade, de 1956 a 1976, pois teria sido pouco atingida pelos processos de transformação aos quais se submeteu a sociedade nacional. A maranhense se caracterizou pelo isolamento, e era “marcada profundamente pela ação de longos mandonismos políticos, que foram capazes de imprimir-lhe uma estagnação social, política, econômica e cultural” (CALDEIRA, 1978:57).

Segundo esse trabalho, o ano de 1977 seria então o início de um novo período, coincidindo com as lutas sociais. Caldeira publica em 1978, ano que os movimentos sociais ainda estavam iniciando no Maranhão e em todo o Brasil. O seu recorte temporal parece mais resultado da coincidência com o presente.

Apesar da historiografia local, e também a nacional¹ (Silva, Lemos, Gohn), não contemplar as manifestações sociais maranhenses no período, a pesquisa bibliográfica mostrou uma dinamicidade social desconhecida, ao menos para os quadros historiográficos, que somente nos últimos anos vem sendo modificado².

Arleth Borges (1997) e Lourdes Rocha (1998), duas assistentes sociais, oferecem em seus trabalhos, subsídios para a catalogação dos movimentos e grupos sociais.

Abordando primeiramente as entidades ligadas à redemocratização em seu sentido estrito, foi possível relacioná-las às entidades de âmbito nacional:

- O Movimento de Oposição pra Valer, organizado por setores do MDB;
- A Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos;
- A seção maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia.

Borges (1997) descreve a capital como marcada pelo o dinamismo político, devido às mobilizações reivindicatórias e de caráter democrático, a exemplo do que acontecia nas grandes cidades do país (BORGES, 1997:43).

O período se caracterizou pela luta pela ampliação da socialização da política em todo país. Para que as relações sociais passassem a se basear na democracia, e as relações políticas pelo consenso.

Para o entendimento de outras entidades e de outros movimentos entre os anos finais da década de 1970 até 1988, é necessária a discussão da inserção do capital internacional no estado, com toda a nova dinâmica que se configurou a partir daí. A ação governamental no período agiu, principalmente, por meio dos programas de integração nacional, concretizando a expansão capitalista do centro-sul para o meio-norte, iniciada ainda na década de 1950, mas intensificada pós 1964 (COSTA, 2015).

Segundo Feitosa (1994), havia um “cenário de suprema intenção imperialista das empresas transnacionais, de interesses fiscais e financeiros e geopolíticos dos governos

¹ Esse termo faz referências às obras autodenominadas dessa forma. Quando na verdade, limitam-se aos quadros históricos do centro-sul brasileiro, para não nos restringirmos somente ao Rio de Janeiro e São Paulo.

² Trabalhos monográficos recentes abordam a ditadura e a transição por uma perspectiva renovada da historiografia maranhense. Como é o caso das monografias do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, que já oferecem contribuições às discussões historiográficas sobre a temática em estudo. As monografias de ARAÚJO (2007), FIALHO JUNIOR (2007), MACHADO (2009) e ALMEIDA (2009), por exemplo, tratam de temas específicos dentro da temática mais abrangente que é a atuação da sociedade civil maranhense, como o movimento feminista, a greve estudantil de 1979 e a atuação campesina organizada (ver referências).

ditatoriais militares” (FEITOSA, 1994:300). Ou seja, havia o interesse do capital conjugado com as facilidades oferecidas pelo governo ditatorial.

Essa conjuntura permitiu uma expansão que se realizou de forma conservadora e excludente, visto que a forma do Estado brasileiro era pautada na coerção, por ser o período da ditadura. Coerção realizada pela burocracia estatal e pelo aparato policial militar para a dominação.

Também segundo Feitosa (1994), as classes dominantes se beneficiaram com a implantação de empresas transnacionais, e participaram de maneira orgânica, promovendo a inserção do capital internacional via ideologia, divulgando para a população que havia um “eldorado” à vista (FEITOSA, 1994:307).

Nas palavras de Costa (2015), as classes dominantes buscaram

*se situar [no processo de expansão do capitalismo] adotando uma prática e um discurso desenvolvimentista, procurando reservar para si determinadas funções de **mediações** entre o Estado [Restrito] e os interesses privados, através da adaptação da estrutura do governo estadual e sua utilização patrimonial, ao mesmo tempo em que subordinava, de forma muito estrita, a “máquina do Estado [Restrito] aos interesses da acumulação de capital” (grifo do autor) (COSTA, 2015:199).*

A luz da teoria gramsciana, essa análise parece bem mais esclarecedora do papel ideológico que a classe dominante tomou no Maranhão, que Costa (2015) analisa como a oligarquia Sarney e outros grupos poderosos.

O resultado da conjugação do capital internacional, do Estado autoritário e das classes dominantes foi a implantação de projetos que reconfiguraram a estrutura social maranhense, introduzindo elementos conservadores, que só fez aumentar a desigualdade social, e não interrompeu o quadro de miséria, principalmente no campo.

Pelo contrário, a inserção da lógica capitalista gerou um processo de privatização das terras, que por sua vez favoreceu as grandes empresas, e resultou na expulsão dos camponeses para as cidades. O êxodo rural é, assim, um fator gerador de tensões sociais. Até mesmo os antecedentes desse quadro também já compreendem tensões que o geram.

Segundo Borges (1997), “nos últimos anos da década de 70 e os primeiros da de 80, a dinâmica da política no Maranhão era marcada, no campo, pela explosão e violência dos conflitos fundiários” (BORGES, 1997:43).

Especificamente o Programa Grande Carajás e a ALUMAR, projetos que se complementam, foram responsáveis pela expulsão de milhares de famílias do campo.

Recebendo indenizações ínfimas. O destino eram as grandes cidades do estado, como a capital e Imperatriz (FEITOSA, 1994; COSTA, 2015).

São Luís, por exemplo, teve um aumento populacional entre 1980 e 1985 de 81,5%. Esse inchaço não foi acompanhado de uma infraestrutura nos bairros que receberam esse contingente. Pelo contrário, havia uma precariedade estrutural e uma dificuldade no processo de legalização dos lotes urbanos (ARAÚJO, 2007:46).

Por isso Rocha (1998) elenca as associações de bairro como movimentos muito atuantes na década de 1980, reivindicando acesso à saúde, saneamento básico, cultura e outros. É importante ressaltar que essa obra foca nos movimentos de São Luís, ou seja, não contempla os movimentos do meio rural, diante de tantos conflitos fundiários.

Seu estudo revelou como origem desses movimentos em São Luís:

a falta de infraestrutura dos bairros (urbanização e saneamento); não legalização de posse e lotes urbanos; busca de local para morar; execução de programas governamentais; organização de atividades recreativas e artísticas. (ROCHA, 1998:10).

Além delas, outros movimentos e entidades também tiveram teor reivindicativo:

- o Movimento Estudantil e greve da meia-passagem em 1979;
- os setores progressistas da Igreja Católica, como a Pastoral da Juventude, a Comissão Pastoral da Terra, Comissão Justiça e Paz, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e o Movimento Contra a Carestia;
- o Comitê de Defesa da Ilha.

Foram movimentos que produziram e divulgaram uma contraideologia, se preocupando essencialmente com a melhora das condições de vida da população, como o transporte público, contra o aumento de preços dos alimentos. Questões longe de serem de interesse das classes dominantes.

O movimento “Comitê de Defesa da Ilha”, que foi organizado contra a instalação de uma sucursal da ALCOA (multinacional fabricante de alumínio e alumina) em São Luís, acusada de provocar vários problemas ambientais e sociais. Esse foi o primeiro movimento ecológico em São Luís.

A autora também destaca que o peso da estrutura econômica do estado na origem e lutas dos movimentos sociais deve ser analisado juntamente com fatores de ordem cultural, ou seja, para além das contradições urbanas e a conjuntura da Transição política para a democracia, frente às ações autoritárias do Estado, houve outras questões que ultrapassam as questões classistas. Por isso a caracterização de movimentos sociais emergentes como “novos” (ROCHA, 1998:11-12). Ou seja, mesmo proferindo um

discurso uníssono, calcado na reivindicação de direitos e na transformação social, era evidente a heterogeneidade das manifestações. Isso explica a variedade de bandeiras, como a do movimento feminista, negro³ e ecológico (Comitê de Defesa da Ilha também possuía esse caráter, além de social), por exemplo.

Em obra dedicada ao movimento feminista, e também ao de mulheres, Araújo (2007) catalogou os seguintes grupos:

- Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís;
- Comitê Oito de Março;
- Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa;
- União das Mulheres;
- Espaço Mulher;
- Viva Maria.

Esses grupos se colocavam contra o machismo, contra a ideologia patriarcal, marcante na formação histórica brasileira. Pensavam o papel das mulheres para a sociedade, de forma que rompesse com a subordinação nas relações entre homem e mulher. Esses movimentos, de cunho cultural, caracterizado de “novo”, apresentou novas reivindicações, mas sempre colocando o Estado restrito enquanto fundamental para a realização das suas propostas.

A efervescência de movimentos e entidades característica do período resultou na constituição de Frentes de atuação política, em que coadunavam entidades, movimentos ou lideranças políticas, que se envolviam nas causas de um de outro. Assim, integrantes do movimento feminista se uniam a outros movimentos tomando a causa para si. Esse dado foi percebido pela análise das listas de participantes nas quais a autora teve acesso, concluindo que a Frente significava menos vulnerabilidade, mais visibilidade e ampliação do poder de barganha. Mas por outro lado, a diversidade de interesses dificulta a definição de ações concretas (BORGES, 1997:47).

Considerações Finais

A atuação de setores da sociedade civil em prol de mudanças, tanto ao nível estatal, da participação política, como dos problemas estruturais e culturais, realizou-se no intuito de ampliar a socialização da política.

³ Na introdução deste artigo há uma observação sobre os limites temporários dessa pesquisa que ainda não abrangeu o movimento negro e também o dos trabalhadores rurais.

No jargão gramsciano corresponde à transformação do Estado (ampliado), de ditatorial em hegemônico-consensual, em que a força, a coerção não fosse mais um mecanismo predominante, mas sim o consenso.

O período é caracterizado pela transição para o Estado de Direito, ou seja, a socialização da política estava em escala ascendente, e diante disso, a organização social foi uma consequência.

Nesse boje também entraram os grupos sociais que lutaram contra a ideologia patriarcal. Os grupos feministas e de mulheres tiveram presença relevante no período, juntamente aos grupos de cunho mais reivindicativo de direitos sociais.

Em todos os movimentos foi direcionada uma proposta ou uma reivindicação junto a Sociedade Política. Dessa forma, pode-se inferir que o Estado Restrito foi percebido como instrumento fundamental para a transformação, por isso se configurou como espaço de disputa.

Retomando a hipótese levantada na introdução, a respeito da dinâmica social no Maranhão durante a redemocratização, é possível confirmá-la. E inserir uma crítica à historiografia local que deve tomar seu posto e analisar os processos sociais, para o entendimento da sociedade maranhense atual.

Não só houve movimentos da sociedade civil, como os setores contra-hegemônicos atuaram no intuito de combater a ideologia dominante, tentando divulgar e convencer mais pessoas para a sua causa e também galgar espaço dentro do Estado Restrito.

As causas para fracassos no atendimento às reivindicações pode ser explicado pela forma que o Estado assumia no momento, autoritário e coercitivo, não deixando brechas para a inserção das demandas sociais. Estas se materializaram somente com a Constituição de 1988.

Referências

ALMEIDA, Desni Lopes. **O Campo e a Política**: a participação do campesinato na política maranhense (1955-1979). São Luís - MA, 2008. 78 páginas. Monografia, Curso de História, São Luís, 2008.

ARAÚJO, Ana Ligia Alves de. **Mulheres em luta**: memória e história na São Luís dos anos 80. São Luís- MA: Universidade Estadual do Maranhão, 2007. 103 páginas. Monografia, Curso de História, São Luís, 2007.

- BORGES, Arleth Santos. **A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Unicamp, Campinas.
- BORON, Atilio. La transición hacia la democracia en América Latina: problemas y perspectivas. In: _____. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p. 227-262.
- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, UFMG, 1978. p. 57-89.
- CARVALHO, Alessandra. Características da transição no Brasil. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 376-379.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 1ª edição: 2001.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO; Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-60.
- COSTA, Wagner Cabral da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida et al (orgs.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís, Edufma; Jundiá, Paco Editorial: 2015.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- FEITOSA, Raimundo M. Mendes. **O processo socioeconômico do Maranhão: história e desenvolvimento**. 1994. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - UFPA, Belém.
- FIALHO JUNIOR, Ilídio Lima. **“Neste luto começa a luta”**: Uma análise historiográfica da Greve Estudantil de 1979 em São Luís do Maranhão. São Luís – MA, 2007. 50 páginas. Monografia, Curso de História, 2007.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- LEMO, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**. Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.
- MACHADO, Jorge Luiz Feitosa. **O que se passou em São Luís?** Representações sobre a greve da meia passagem em 1979. São Luís - MA, 2009. 81 páginas. Monografia, Curso de História, 2009.
- ROCHA, Lourdes de M. L. Nunes. Movimentos Sociais em São Luís: revisitando a década de 80. In: LIMA, Terezinha Moreira (org.). **Caderno de Exercícios 2**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas – UFMA, 1998, p. 9-24.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira de. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.385-398.
- _____. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil**

Republicano, vol. 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.